

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Solicita desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho respeitosamente requerer à Vossa Excelência o desarquivamento das seguintes proposições:

1. PL 4027/08 – Dispõe sobre a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico no âmbito da Administração Pública;
2. PL 4048/08 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de propaganda gratuita educativa, nos meios de comunicação brasileiros, incentivando a proteção do meio ambiente;
3. PL 4152/08 – Revoga integralmente a Lei de nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, que instituiu a modalidade de penhora por meio eletrônico;
4. PLP 407/08 - Dispõe sobre a revogação da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências;
5. PLP 413/08 - Acrescenta inciso à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, visando excluir do regime diferenciado e favorecido as empresas que possuam faturamento superior ao abrangido pelo SIMPLES Nacional;
6. PLP 414/2008 - Regulamenta o inciso I do art. 7º da Constituição Federal, dispondo sobre a relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.

7. PL 467/11 - Regulamenta o art. 19 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para disciplinar a venda ou troca de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo para uso doméstico;
8. PL 769/11 - Denomina de Boa Luz, o viaduto localizado na BR 235, Km 16, entre as cidades de Aracaju e Laranjeiras, no Estado de Sergipe;
9. PL 1120/11 - Altera o art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que a infração de trânsito não será comprovada por lombada eletrônica;
10. PL 1251/11 - Cria o Programa Nacional do Trabalho na "Melhor Idade" e dá outras providências;
11. PL 1252/11 - Possibilita que a pessoa jurídica deduza do imposto de renda metade do salário pago a empregado com idade igual ou superior a 50 anos;
12. PL 1335/11 - Altera o art. 134, do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
13. PLP 55/11 - Altera o art. 59, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dispõe sobre a manutenção de obras e respeito às logomarcas preexistentes;
14. PL 1490/11 - Veda a participação, em licitações, de cooperativas nos casos que especifica e dá outras providências;
15. PLP 78/11 - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de dezembro de 1966 (Código Tributário Nacional) e a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais);
16. PLP 81/11 - Dispõe sobre anulação das inscrições em Dívida Ativa da União, dos coobrigados inseridos por força do art. 13, da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;
17. PL 2189/11 - Dispõe sobre a reinserção dos trabalhadores apenados no regime semiaberto e egressos do sistema prisional brasileiro no mercado de trabalho;
18. PL 2401/11 - Revoga artigos da Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011;
19. PL 2557/11 - Institui o Código de Defesa do Contribuinte e o Sistema Nacional de Defesa do Contribuinte;
20. PL 2637/11 - Institui a obrigatoriedade de ascensorista em edificações comerciais e prédios públicos não residenciais com elevador;
21. PL 4109/12 - Institui o Programa Nacional de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas;

22. PL 4301/12 - Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
23. PL 4302/12 - Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
24. PL 4303/12 - Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para criar e disciplinar a sociedade anônima simplificada (SAS);
25. PL 4304/12 - Altera a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977;
26. PL 4408/12 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
27. PL 4575/12 - Altera o art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
28. PLP 149/12 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
29. PLP 234/12 - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;
30. PL 5100/13 - Altera a Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984;
31. PEC 246/13 - Altera o art. 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
32. PL 5464/13 - Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;
33. PL 5945/13 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
34. PL 6144/13 - Dispõe sobre a forma de aplicabilidade dos percentuais referidos no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nas empresas de segurança privada;
35. PLP 348/13 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
36. PL 6676/13 - Dispõe sobre a emissão de atestados médicos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados;
37. PDC – 1615/2014 – Susta a Instrução Normativa SIT nº 114, de 5 de novembro de 2014, e a Instrução Normativa nº 18, de 7 de novembro de 2014, ambas editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
38. PL 7260/14 - Institui regras de direito do consumidor relativas a cobrança de estacionamentos privados;
39. PL 7511/14 - Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;
40. PL 7692/14 - Altera a Lei nº 9.503, de 1997;

41. PL 7693/14 - Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;
42. PDC 1615/14 - Sustenta a Instrução Normativa SIT nº 114, de 5 de novembro de 2014, e a Instrução Normativa nº 18, de 7 de novembro de 2014, ambas editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
43. PL 8251/14 - Altera o art. 132 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir no crime de Perigo para a vida ou saúde de outrem a conduta de transportar, trazer consigo, ou fazer uso de fogos de artifício classificados nas classes C e D do Decreto-lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, em manifestações e protestos públicos ou eventos assemelhados;
44. PLP 443/14 - Estabelece normas gerais em matéria de direitos, deveres e garantias aplicáveis à relação entre contribuintes e administração fazendária e dá outras providências.
45. PLP 167/2015 - Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000. Dados Complementares: Substitui a expressão "convenção ou acordo coletivo de trabalho" por "ou representação sindical organizada".
46. PLP 202/2015 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Dados Complementares: Inclui a Contribuição Sindical Patronal no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.
47. PL 1340/2015 - Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre limite às dotações orçamentárias à constituição do Fundo Partidário.
48. PL 2298/2015 - Altera o artigo 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para aumentar o prazo de parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte.
49. PL 3016/2015 - Modifica o art. 2º da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Dados Complementares: Altera a norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais.
50. PL 3741/2015 - Altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais.
51. PLP - 306/2016 - Dispõe sobre a regulamentação aplicável ao pagamento de precatórios judiciais.

52. PLP 329/2016 - Altera o caput do artigo 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

53. PL 4688/2016 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Dados Complementares: Revoga dispositivos que conflitam com a Constituição Federal.

54. PL 5903/2016 - Revoga os parágrafos § 6º e §7º do art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o art. 148-A, §§ 1º a 7º e incisos I, II e III da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.

55. PL 6074/2016 - Inclui o § 8º no art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre exame médico demissional.

56. PL 6546/2016 - Veda a discriminação de tomadores de crédito que tenham sido acometidos por neoplasia maligna.

57. PL 6704/2016 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452/43 e as Leis nº 5.584/70, 7.701/88 e 8.177/91.

Dados Complementares: Extingue a exigência de depósito recursal para microempresa e empresa de pequeno porte nas reclamações trabalhistas.

58. PL 6707/2016 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dados Complementares: Trata da contratação de pessoa com deficiência na condição de aprendiz. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.

59. PL 6708/2016 - Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriado em território nacional.

60. PL 6709/2016 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dados Complementares: Estabelece condição para a não aplicação de penalidade à empresa que não conseguir cumprir o percentual de contratação de pessoa com deficiência exigido em lei.

61. PL 6711/2016 - Altera o art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o contrato de cargo de gestão.

62. 6712/2016 - Acrescenta parágrafo ao artigo 794 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Dados Complementares: Exige a comprovação de vício de consentimento para a nulidade de instrumentos coletivos de trabalho.

63. PL 6713/2016 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452/43. Dados Complementares: Trata do critério de dupla visita pela fiscalização para cumprimento das leis de proteção ao trabalho.

64. PL 7412/2017 - Dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins.

65. REC 287/2018=>PL 4688/2016 – Nos termos do artigo 164, §2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, (RICD) venho interpor recurso decisão que declarou prejudicado o PL 4688/2016, de minha autoria, que tem como objetivo adequar artigos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – conforme Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, principalmente a Constituição da República.

Sala das Comissões, 5 de fevereiro de 2019.

LAÉRCIO OLIVEIRA
Deputado Federal – PP/SE